



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

Ato GP nº 04, de 24 de maio de 2002.

**O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000,

**RESOLVE** publicar o anexo quadro demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de maio de 2001 a abril de 2002.

**Francisco Antonio de Oliveira**  
Juiz Presidente do Tribunal

<b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO</b>		
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</b>		
<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL</b>		
<b>ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</b>		
<b>PERÍODO DE REFERÊNCIA – MAIO/2001 A ABRIL/2002</b>		
LRF. ART. 55 , inciso I, alínea "a" - ANEXO I		R\$ milhares
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>DESPESA LIQUIDADA</b>	
	<b>ATÉ O QUADRIMESTRE</b>	<b>ÚLTIMOS 12 MESES</b>
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	100.904	346.475
Pessoal Ativo	96.952	289.935
Pessoal Inativo e Pensionistas	56.252	176.263
•	•	•
Despesas não Computadas (art.19, § 1º da LRF)	•	•
•	•	•
(-) Precatórios (Sent. Judiciais), ref. a período anterior ao de apuração	•	•
(-) Inativos com Recursos Vinculados	(23.832)	(23.832)

(-) Indenizações por Demissão	.	.
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(28.468)	(95.891)
.	..	..
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL ( art. 18, § 1º da LRF) (II)	..	..
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	100.904	346.475
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	.	180.331.892
<b>% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL</b>	.	0,1921
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,3942%</b>	.	710.868
<b>LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) 0,3147%</b>	.	567.504
<b>LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0.4149 %</b>	.	748.197

Fonte: SIAFI

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

1. No total da Despesa com Pessoal não foram consideradas as despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios e Sentenças de Pequeno Valor) devidas por outros Órgãos da Administração Pública Federal, consignadas em Programas de Trabalho específicos na Lei Orçamentária Anual;

2. Os percentuais relativos aos limites prudencial, permitido e legal, incidentes sobre a Receita Corrente Líquida, de 0,3942%, 0,3147% e 0,4149%, respectivamente, foram informados pelo C. Tribunal Superior do Trabalho.

**MEDIDAS CORRETIVAS ADOTADAS OU A ADOTAR PELO ÓRGÃO SE ULTRAPASSADOS QUAISQUER DOS LIMITES** (dispositivo relacionado: artigo 55, II da LRF).

Este Órgão encontra-se abaixo dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

**FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA**

Juiz Presidente do TRT 2ª Região

**NANCY ROSA CARUSO**

Diretora Geral da Administração

**NIVALDO CATANIA**

Diretor da Secretaria de Coordenação  
Orçamentária e Financeira

**CARLA FERREIRA ZAPPAROLI**

Diretora da Secretaria de Controle Interno - Substª.